



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**Considerando que:**

Com o título «Centros de explicações continuam fechados e pedem medidas ao Parlamento», o jornal Público dá conta de que «os centros de estudos e de explicações ainda não têm data para a sua reabertura e o sector mostra-se “indignado” com o Governo por ter sido incluído entre as atividades que têm que continuar encerradas na terceira fase de desconfinamento. Com o aproximar dos exames nacionais do ensino secundário, que são habitualmente o momento de maior procura do ano, pedem à Assembleia da República que tome medidas no sentido de garantir a reabertura das atividades presenciais com os alunos.», garantindo que «Foram implementadas todas as normas de higiene».

Efetivamente, do Conselho de Ministros da semana passada inclui os centros de explicações e as escolas de línguas na lista dos estabelecimentos que têm que permanecer encerrados.

No entanto, as escolas de línguas têm autorização para abrir para a realização de provas, cumprindo o distanciamento físico recomendado pela Direção-Geral da Saúde, mas para os centros de explicações não constam quaisquer exceções no documento.

Os responsáveis pelos centros de explicações lançaram uma petição, lamentando e não compreendendo porque é que os centros de explicações não foram incluídos no plano de reabertura da terceira fase de desconfinamento, que contempla, entre outros, a reabertura do pré-escolar.

O texto questiona, «numa altura em que as escolas já reiniciaram as aulas presenciais para os alunos do 11º e 12º anos, em que universidades reiniciaram aulas práticas, em que escolas de condução reiniciaram aulas presenciais de código, porque não pode um centro de explicações reiniciar explicações presenciais?».

Frisando que o risco de contágio é menor do que em muitas das atividades que já reiniciaram

atividade, os responsáveis pelos centros de explicações sentem-se, assim, «injustiçados», e pedem para «voltar a trabalhar de forma presencial com os explicandos, mesmo sujeitos a limitações, cumprindo todas as orientações da DGS [...]».

Mesmo porque, afirmam, muitos destes centros já adquiriram equipamentos de proteção individual e divisórias em acrílico para as salas de estudo.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

A Deputada do CDS-PP, abaixo-assinada, vem por este meio requerer ao Senhor Ministro da Educação, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1- Por que motivos não foram ainda autorizados a recomeçar a sua atividade os centros de explicações?

2- Não considera V. Exa justos os argumentos apresentados, nomeadamente os que comparam com outras atividades e escolas já autorizadas a recomeçar?

3- Tem V. Exa previsão de data para abertura dos centros de explicações?

Palácio de São Bento, 5 de junho de 2020

Deputado(a)s

ANA RITA BESSA(CDS-PP)